

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Porantim

Class.: 254

Data: 09.83

Pg.: _____

Fazer, pode. Contar, não

Ordenar que se mostre a índios acuados os efeitos de uma rajada de metralhadora, da explosão de granadas e da destruição provocada pelo uso de dinamite não é crime. Crime é divulgar de onde partiu a ordem. Por ter feito a divulgação, o sertanista José Porfírio Fontanele de Carvalho, assessor do deputado federal Mário Juruna, está respondendo a um Inquérito Policial Militar. Ele cometeu o "crime" em seu livro **Waimiri/Atroari; a história que ainda não foi contada**.

No livro, o sertanista relata as atrocidades cometidas contra os dois povos indígenas, a pretexto de integrá-los à sociedade nacional. Porfírio inclusive reproduz um documento, de 1974, assinado pelo general Gentil Nogueira Paes, ex-comandante do 2º Grupamento de Engenharia e Construção, sediado em Manaus. O documento — endereçado ao 4º Batalhão de Engenharia e Construção, responsável pela construção da BR-174, que liga Manaus a Caracarai (RR) e corta as terras dos Waimiri/Atroari — contém instruções do Comando sobre como agir nos casos de contatos com os dois povos indígenas que se uniram para impedir que a estrada cortasse seu território.

Convocado pelo IPM, Porfírio Carvalho prestou depoimento em Brasília, dia 8 de agosto último, ao coronel Amauri Simões Santos, no Quartel General do Exército. O assessor de Mário Juruna afirmou que desconhe-

cia o caráter sigiloso do documento, uma vez que, quando trabalhava na Funai, "era comum ver documento confidencial tramitando nas mesas". Disse também que o documento lhe foi entregue pelo sertanista Gilberto Pinto Figueiredo, então encarregado de chefiar a atração dos Waimiri/Atroari. Em seu livro, Carvalho também levanta suspeitas em torno da morte de Gilberto, dizendo **estranhar** que os Waimiri/Atroari atirassem no sertanista, pois não possuíam armas de fogo e até hoje não sabem manejá-las.

Apesar de ser considerado sigiloso, o documento, assinado pelo general Gentil Nogueira Paes foi divulgado no IV Tribunal Bertrand-Russel, na Holanda, em 1980. As denúncias do uso de bombas e metralhadoras contra os índios também foram publicadas num pequeno livro, feito pelo Movimento de Apoio à Resistência Waimiri/Atroari (Marewa). O livreto retrata a

ofensiva do Governo, por meio de seu Plano de Integração Social, e a resistência dos dois povos indígenas (*Ver PORANTIM Nº 51*). A denúncia do Marewa também rendeu frutos: Egydio Schwade, um dos coordenadores do Movimento e do Cimi Norte I, também foi convidado a depor sobre a origem do documento no Exército.

A abertura dos dois inquéritos para apurar as responsabilidades sobre a divulgação do documento partiu do próprio Ministro do Exército, Válder Pires. Resta saber se ele vai se dar igual trabalho para apurar a origem dos fragmentos de bombas — que não eram só de efeito moral — encontrados pelos sertanistas na reserva dos Waimiri/Atroari. Como este é o país da impunidade, provavelmente não se tomará nenhuma providência. Enquanto isso, os denunciadores dos crimes estão sendo indiciados para que sejam apurados seus "crimes".



Porfírio Carvalho é assessor do deputado Mário Juruna

Raúl da Herrero